

cada visita, o Secretário de Justiça do Estado visitado compareça à reunião do Conselho, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. O Conselho Guerrero apresenta minuta das comissões e calendário de visitas aos estabelecimentos penais do país. O Conselho Miguel sugere que as visitas sejam realizadas no primeiro semestre do ano, subsidiando, assim, a elaboração de políticas e programas de atividades. O Conselho Mário Júlio indaga sobre a possibilidade de o DEPEN encaminhar representante para acompanhar as visitas. O Presidente Lício Barbosa esclarece que para a visita ao Pará encaminhou expediente nesse sentido, e que para as próximas visitas entrará em entendimento com o Diretor do DEPEN. Aprovado o calendário de visitas. O Presidente do CNPCP, informando o recebimento de exemplares do Censo Criminológico do Estado de Minas Gerais, propõe voto de louvor ao Doutor Celso de Magalhães Pinto, Diretor do Conselho de Criminologia e Política Criminal. Informa, também, o recebimento do Censo Penitenciário Nacional de 1997. Informa, ainda, que, tão logo fique pronta a impressão, serão distribuídos exemplares a todos os Conselhos. Na continuidade dos trabalhos, citando o artigo 3º do Regimento Interno do CNPCP que trata da substituição nas suas ausências, o Presidente Lício Barbosa agradece o trabalho e a colaboração dos Conselhos Miguel Frederico do Espírito Santo e Amauri Serralvo, primeiro e segundo vice-presidentes do CNPCP, designados pela presidência anterior e confirmados por ocasião de sua nomeação. Agradece o trabalho meritório do Conselheiro Miguel, confirma o Conselheiro Serralvo na 2ª vice-presidência, e designa o Conselheiro Ariovaldo de Campos Pires para a 1ª vice-presidência do CNPCP. O Conselheiro Botelho relata que a consulta, que lhe coube realizar, sobre a regulamentação da LEP, no que cabe às faltas graves, médias e leves, aguarda a manifestação, solicitada aos Estados, de como cada unidade da federação está tratando a questão, para então elaborar recomendação a ser discutida na próxima reunião do Conselho. Com a chegada da Doutora Ivete Viegas, Secretária de Assuntos Legislativos - SAL, que, atendendo ao convite da presidência do CNPCP, passa a participar da reunião, o Presidente interrompe, momentaneamente, o debate em pauta, saudando a Secretária e passa-lhe a palavra. A Doutora Ivete, após enfatizar a importância de continuar o entrosamento da SAL com o CNPCP, informa que, no intervalo compreendido entre 1993 a 1998, tramitam no congresso 13 projetos relativos à redução da responsabilidade penal. Acrescenta que a redução implica emenda constitucional. O Conselheiro Botelho indaga à Doutora Ivete qual a posição do Ministro Iris Rezende, representante do Poder Executivo a respeito da matéria. A Secretária esclarece que, no momento, a posição do Poder Executivo é expressa pelo Presidente da Comissão Ministerial de elaboração de Anteprojeto do Código Penal Brasileiro, Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, que se manifesta contrário à redução. Com relação ao PL de ampliação das penas alternativas, de autoria do CNPCP, a Secretária informa que recolheu todas as alterações feitas durante sua tramitação no Congresso. Tais alterações dizem respeito apenas à correção do texto legislativo, mas implicam retorno à Câmara Legislativa, o que significa maior prazo para sua aprovação. O Presidente Lício Barbosa agradece a proveitosa participação da Doutora Ivete. O Conselheiro Botelho, em relação à destituição das comissões do CNPCP, designadas para efetuar a revisão da LEP e do CPPB, e a constituição de novas comissões, a nível ministerial com os mesmos objetivos, ressalta, independentemente das razões que levaram o Ministro da Justiça a adotar tal atitude, a imperiosidade de o CNPCP manifestar-se quanto às diretrizes da legislação penal brasileira. Acrescenta que a despeito da participação de Conselheiros em duas comissões, o CNPCP não está representado como Colegiado. Na oportunidade em que participou da reunião da comissão de elaboração de anteprojeto de Código Penal Brasileiro, constatou que a legislação extravagante não estava sendo incluída no Código revisado. O Presidente Lício Barbosa esclarece que, na mesma oportunidade em que levou ao Ministro da Justiça o projeto de retomada da reforma penal, sugeriu-lhe que os membros das Comissões anteriores integrassem também as novas, ouvindo o Ministro a colocação de que ficariam com número excessivo de integrantes. Quanto à inclusão da legislação extravagante, esclarece que a Comissão, objetivando um Código Penal mais estável, não incluiu algumas leis especiais como a dos crimes contra o sistema financeiro ou contra o meio ambiente, por exemplo, porque estão em fase de assimilação. O Presidente acrescenta, também, que as comissões não estão elaborando novas leis, mas propostas de alterações em anteprojeto, que será publicado, visando ao recebimento de sugestões, que serão apreciadas pela comissão revisora. O Conselheiro Vetual comunica que foi designado, pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, para integrar comissão mista sobre o sistema penitenciário local. A referida comissão adotou como diretriz a retirada de presos das celas das delegacias. O Conselheiro Mário Júlio informa que tomou conhecimento, através do Diário Oficial da União, da realização de audiência pública no Ministério da Justiça, no dia 20 do corrente, relativa à implementação das obras civis de construção de penitenciárias modulares em diversas unidades da federação. Questiona se as referidas penitenciárias são as mencionadas no "Projeto Zero Deficit". Manifesta-se no sentido da participação efetiva do CNPCP nesse processo. O Presidente do CNPCP esclarece que designou o Conselheiro Vetual para integrar, como representante do CNPCP, a Comissão Especial de Licitação para contratação do gerenciamento das obras de que trata o "Projeto Zero Deficit". Informa, ainda, que a assinatura dos convênios só deverá ocorrer em setembro próximo e que se encontra na Secretaria do CNPCP cópia da documentação relativa ao projeto. A 244ª reunião do CNPCP prosseguiu com a análise dos pareceres dos seguintes processos distribuídos: 1) Processo MJ-DPP n.º 08270.010227/97-46 - Assunto: O Conselho de Defesa dos Direitos Humanos requer providências cabíveis, objetivando coibir maus tratos sofridos pelos presos na Região do Cariri/CE. Parecer oral do Conselheiro Serralvo: como o CNPCP já aprovou calendário de visitas aos Estados brasileiros e diante da gravidade das denúncias, deve o Conselho visitar, com urgência, os presídios do Estado do Ceará, incluindo preferencialmente os presídios de Crato e Juazeiro do Norte. Decisão: aprovado; 2) Processo MJ n.º 08000.001281/98-06 - Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Estadual de Pernambuco, no ano de 1997. Parecer do Conselheiro Serralvo: o referido relatório não atende satisfatoriamente aos seus objetivos, devendo baixar em diligência para que o mesmo seja complementado dentro do modelo padrão elaborado pelo CNPCP. Decisão: aprovado; 3) Processo MJ n.º 149/95 - Assunto: Projeto de Lei n.º 4.197/93, da Deputada Wanda Reis. Introduz modificações nos arts. 272 a 280, do CPB. Parecer do Conselheiro Mário Júlio: pela rejeição. Decisão: aprovado; 4) Processo MJ/SAL n.º 579/95 - Assunto: PL n.º 810/95 da Deputada Rita Camiata. Proíbe servir bebidas alcoólicas às pessoas que menciona e determina sua comercialização com um alerta para as mulheres grávidas. Parecer do Conselheiro Mário Júlio: pela rejeição. Decisão: aprovado; 5) Processo MJ n.º 21.637/94 - Assunto: Funcionamento de grupo de reabilitação da Penitenciária do Estado de São Paulo. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento. Decisão: aprovado; 6) Processo MJ/SAL n.º 125/95 - Assunto: PL n.º 61/95 do Deputado Pedro Simon. Dispõe sobre a proibição de ser utilizada como prova contra o depoente as informações fornecidas nas condições que especifica. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pela rejeição do PL. Decisão: aprovado; 7) Processos MJ/SAL n.º 290/96 - Assunto: PL n.º 1.876/96 do Deputado Wigherto Tartuce. Dispõe sobre incentivo fiscal às empresas que aceitarem em seus quarteis adolescentes oriundos de casa de reabilitação de infratores. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pela aprovação do PL. Decisão: pela rejeição. O Conselheiro Guariglia redigirá o voto vencedor; 8) Processo MJ n.º 08000.000906/98 - 69 - Assunto: Relatório de atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas, referente ao ano de 1997. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: aprovado. Decisão: baixar em diligência para que o mesmo seja complementado dentro do modelo padrão elaborado pelo CNPCP; 9) Processo MJ n.º 08000.000905/98-04 - Assunto: Esclarecimento a respeito de irregularidades, consistentes na mora em se obter o parecer do Conselho Penitenciário do Estado de São

Paulo. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento. Decisão: a matéria não concerne a este Conselho; pelo arquivamento, sem conhecer o mérito, 10) Processo MJ/CNCP/CELEP n.º 005.1/96 - Assunto: Sugestão de Carlos A. Paranhos - propõe a adoção expressa na LEP dos princípios que a regem. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Guerrero: pelo acatamento e encaminhamento à nova Comissão de reforma da LEP. Decisão: o CNPCP se extine de examinar o mérito tendo em vista que há uma comissão ministerial encarregada de proceder à revisão da LEP; 11) Processo MJ n.º 08000.016356/96-47 - Assunto: proposta de atualização da legislação penal - dos crimes contra a pessoa - capítulo VI do CPB. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento, tendo em vista que há uma comissão ministerial encarregada de proceder à revisão do CPB. Decisão: aprovado; 12) Processo MJ/CNCP/CELEP n.º 007.1/96 - Assunto: Sugestão de Vitoriano Smanio - proposta de privatização das prisões. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento, em razão da dissolução da CELEP, após inclusão de cópia de parecer sobre a matéria, já relatado pelo Conselheiro. Decisão: aprovado; 13) Processo MJ/CNCP/CELEP n.º 082.1/96 - Assunto: Sugestão de Antônio Ramos para o problema da superlotação dos presídios no Brasil. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento, tendo em vista que há uma comissão ministerial encarregada de proceder à revisão da LEP, após inclusão de cópia de parecer sobre a matéria, já relatado pelo Conselheiro; 14) Processo MJ n.º 08000.027725/95-91 - Assunto: Projeto de reestruturação e reorganização, e regimento administrativo da VEC do DF. Parecer do Conselheiro D'Urso, lido pelo Conselheiro Heitor: pelo arquivamento, tendo em vista a dissolução da CELEP. Decisão: aprovado; 15) Processo MJ n.º 08000.027706/97-08 - Assunto: Solicitação de parecer sobre a Natureza Jurídica Administrativa dos Conselhos da Comunidade. Parecer do Conselheiro Miguel: em diligência ao DEPEN. Decisão: aprovado; 16) Processo MJ n.º 08000.000343/98-18 - Assunto: Relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, no ano de 1997. Parecer da Conselheira Maria Eugênia: o referido relatório não atende satisfatoriamente aos seus objetivos, baixar em diligência para que o mesmo seja complementado dentro do modelo padrão elaborado pelo CNPCP. Decisão: aprovado; 17) Processo MJ/SAL n.º 83/97 - Assunto: PL n.º 2.773/97 do Deputado Silvio Pessoa. Altera a redação do art. 231 do decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Parecer do Conselheiro Guerrero: pela aprovação. Decisão: aprovado; 18) Processo MJ n.º 08000.000910/98-36 - Assunto: Relatório dos processos apreciados pelo Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, requeridos com base no Decreto 2.365/97. Parecer do Conselheiro Heitor: pelo conhecimento e posterior arquivamento. Decisão: aprovado; 19) Processo MJ/SAL n.º 01/96 - Assunto: PL n.º 605/95 do Deputado Michel Temer. Altera a redação do art. 8º da Lei n.º 9.034, que "dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas". Parecer do Conselheiro Botelho: prejudicado, diante da edição da lei n.º 9.303/96. Decisão: aprovado; 20) Processo MJ/SAL n.º 347/95 - Assunto: Projeto de Lei n.º 725/95 do Poder Executivo. Que altera dispositivos do Decreto Lei n.º 2.848 - Código Penal Brasileiro - Parte Especial. Parecer do Conselheiro Botelho: prejudicado, diante da edição da lei n.º 9.426, de 24/12/96. Decisão: aprovado; 21) Processo MJ/SAL n.º 195/96 - Assunto: PL n.º 4.557/94 do Deputado Elias Murad. Dispõe sobre o combate ao narcotráfico por meio de pesquisa de suas operações financeiras e confisco do produto do crime. Parecer do Conselheiro Botelho: pela rejeição. Decisão: aprovado; 22) Processo MJ/SAL n.º 172/96 - Assunto: PL n.º 4.902/95 do Poder Executivo. Prevê, nas infrações que discrimina, a atenuação da pena para aqueles que, como membros de quadrilha ou bando, colaborarem na responsabilização penal de seus integrantes, e eleva à condição de crime organizado o chamado jogo do bicho. Parecer do Conselheiro Botelho: pela rejeição. Decisão: aprovado; 23) Processo MJ/SAL n.º 277/96 - Assunto: PL n.º 79/96 do Senador Odacir Soares. Altera a Lei n.º 7.492 de 1986, que define os crimes contra o Sistema Financeiro; a Lei n.º 4.595 de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional; e o DL n.º 3.689/41 - CPPB. Parecer do Conselheiro Botelho: pela rejeição. Decisão: aprovado; 24) Processo MJ/SAL n.º 244/96 - Assunto: PL n.º 67/96 do Senador Gilvam Borges. Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas. Parecer do Conselheiro Botelho: pela rejeição. Decisão: aprovado; 25) O plenário ratifica a aprovação do parecer do Conselheiro Heitor, relativo ao Processo MJ n.º 08000.028218/96-19 - Assunto: Projeto "A Universidade e a Educação no Sistema Penal" proposto pela Universidade Federal Fluminense, apresentado na 238ª Reunião do CNPCP, ocorrida em 31 de julho e 1º de agosto de 1997, e não referido na respectiva ata. Encerrada a pauta da 244ª reunião do CNPCP, o Presidente Lício Barbosa agradeceu a presença de todos e marcou a próxima reunião ordinária para os dias 06 e 07 de abril e deu por encerrados os trabalhos. Para constar, lavra a presente ata Ana Luiza Trois de Miranda.

LÍCIO BARBOSA
Presidente do Conselho

ATA DA 245ª REUNIÃO
REALIZADA EM 6 E 7 DE ABRIL DE 1998

Nos dias seis e sete do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em Brasília - DF, na sala de reuniões do CNPCP, no anexo II do Ministério da Justiça, sob a Presidência do Doutor Lício Barbosa e com a presença dos seguintes Conselheiros: Ariovaldo de Campos Pires, Amauri Serralvo, César Oliveira de Barros Leal, Frederico Guilherme Guariglia, Hermes Vilchez Guerrero, Heitor Piedade Júnior, Luiz Flávio Borges D'Urso, Maria Eugênia da Silva Ribeiro, Julita Tannuri Lemgruber, Mário Júlio Pereira da Silva, Miguel Frederico do Espírito Santo, Miguel Guskow e Vetual Martins Vasconcelos. Ausentes, os Conselheiros: Damásio Evangelista de Jesus, Rolf Koerner Júnior, Nilzardo Carneiro Leão e Ronaldo Antônio Botelho. O Presidente abriu a sessão e submeteu à apreciação do Plenário a ata da reunião anterior, aprovada com as alterações propostas pelos Conselheiros César e Serralvo. Iniciando os trabalhos, o Presidente do CNPCP saudou o Secretário da Justiça do Estado do Pará, Doutor Clodomir Araújo; o Superintendente do Sistema Penal do Estado, Doutor José Ayrino Wanzeler Sabbá e o Coordenador-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, do Ministério da Justiça, Doutor Aloysio Franco de Oliveira, presentes à reunião a convite da Presidência do CNPCP. O Presidente Lício Barbosa, ressaltando a importância da visita da Comissão do CNPCP ao Estado do Pará, passa a palavra ao Secretário da Justiça do Estado para que faça as colocações que julgar necessárias. Inicialmente, o Secretário pede autorização para exibir vídeo sobre o sistema prisional e as alternativas propostas pelo Estado. E diz que está buscando solucionar o problema da superlotação. O Secretário de Justiça relata que, ao assumir a Pasta, o sistema penitenciário estava no período de maior crise, apesar dos esforços do Secretário anterior, Doutor Aldir Jorge Viana. A capital, Belém, tem muita riqueza e precário sistema bancário, o que propicia a expansão de gangs de assaltantes, inclusive egressos de outros Estados, o que acarreta o aumento da população carcerária. Sem contar com resposta da esfera federal e com o agravamento da situação, estão construindo, com recursos próprios, uma nova penitenciária, de segurança máxima, na cidade de